

Conselho Nacional de Saúde nega fundamento científico à denúncia sobre remédios

O Conselho Nacional de Saúde reuniu-se ontem durante três horas, sob a presidência do Ministro Paulo de Almeida Machado, e divulgou em seguida nota afirmando ter estudado "meticulosamente informações recentemente difundidas quanto a medicamentos" e ter "identificado nelas a inexistência de quaisquer acréscimos científicos e técnicos".

Manifestou sua "profunda confiança" nas autoridades sanitárias e nos "altos critérios da categoria médica", observando que "os meios terapêuticos existentes em nosso país" foram objeto das "indispensáveis apreciações prévias". E conclui dizendo que o Conselho "pode tranquilizar inteiramente a população quanto às notícias veiculadas".

A NOTA

E' a seguinte a íntegra da nota distribuída ontem pelo Conselho Nacional de Saúde:

"O Conselho Nacional de Saúde, reunido nesta data sob a presidência de Sua Excelência o Ministro Doutor Paulo de Almeida Machado, estudou meteticulosamente informações recentemente difundidas quanto a medicamentos.

No cumprimento de seu indeclinável dever, ao identificar, nas referidas notícias, a inexistência de quaisquer acréscimos científicos e técnicos, considerou necessário divulgar o presente esclarecimento, para eliminar possíveis intranquilidades, embora infundadas, geradas pelas referidas informações.

O Ministério, responsável máximo pela saúde da população, mantém em sua estrutura os seguintes órgãos especializados, destinados ao controle da importação, produção e comércio de drogas e medicamentos no país:

— Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina e Farmácia.

— Comissão de Bio-Farmácia, e

— Laboratório Central de Controle de Drogas, Medicamentos e Alimentos.

FISCALIZAÇÃO

A esses órgãos especializados é atribuída diretamente a fiscalização do que é pertinente ao assunto no país. Mantém eles contato estreito, para cooperação recíproca, com similares estrangeiros e internacionais, de modo a não lhes escaparem quaisquer novos conhecimentos desse setor.

Em sua ininterrupta atuação, os órgãos sanitários competentes não permitem, pois, a produção e o uso, para a saúde, de substâncias consideradas inconvenientes pela ciência.

O médico brasileiro, no desempenho de sua missão, sabe diagnosticar, escolher terapêutica, decidir e orientar conscientemente seus pacientes, correspondendo à confiança que nele depositam.

Os resultados e efeitos dos medicamentos, minuciosamente acompanhados nos centros científicos de todo o Brasil, têm originado trabalhos em que se ampara a conduta da medicina nacional. A esta não falta, igualmente, a análise cuidadosa das observações feitas em todo o mundo, mediante pesquisa bibliográfica, participação em reuniões e intercâmbio de experiências. Há, pois, uma respeitável cultura médica nacional, em que se apoiam as autorizações ou negativas das mesmas, para industrialização e prescrição de medicamentos.

A verificação cuidadosa de todas as notícias difundidas nada revelou que permitisse atribuir-lhes competência quanto aos meios terapêuticos existentes em nosso país, que, devidamente registrados como estão, foram objeto das indispensáveis apreciações prévias.

Desse modo, com a renovação da mais profunda confiança nos procedimentos das autoridades sanitárias e nos altos critérios da categoria médica, o Conselho Nacional de Saúde pode tranquilizar inteiramente a população quanto às notícias veiculadas."